

Aprovada na 900ª sessão

ALADI/CR/Ata 897
26 de maio de 2005
Hora: 10h15m às 11h10m

ATA DA 897ª SESSÃO ORDINÁRIA
DO COMITÊ DE REPRESENTANTES

Ordem do Dia

1. Aprovação da Ordem do Dia.
 2. Assuntos em Pauta.
 3. Consideração das atas correspondentes às 894a. e 895a. sessões.
 4. Relatório do Presidente da Comissão de Orçamento por Programas (ALADI/CR/di 2015).
 5. Criação do Grupo de Trabalho sobre Participação das Forças Produtivas no Processo de Integração e do Grupo de Trabalho de Assuntos Jurídicos, Administrativos e Institucionais (ALADI/CR/PR 213 e ALADI/CR/PR 212).
 6. Assuntos diversos.
-

Preside:

LEONARDO CARRIÓN EGUIGUREN

Assistem: Juan Carlos Olima, Ricardo Hartstein, Rubén Javier Ruffi e Marcelo Fabián Lucco (Argentina), Armando Loaiza Mariaca e Marcelo Janko Álvarez (Bolívia), Bernardo Pericás Neto, José Amir Da Costa Dornelles, Luciano Mazza de Andrade, Roberto Goidanich e Luiz Augusto Marfil (Brasil), Carlos Appelgren Balbontín, Hernán Enrique e Nuñez Montenegro (Chile), Claudia Turbay Quintero e Alfonso Soria Mendoza (Colômbia), José Felipe Chaple Hernández (Cuba), Leonardo Carrión Eguiguren e Juan Larrea Miño (Equador), Perla Carvalho, Dora Rodríguez Romero e Marco Antonio Barrera Fuentes (México), Marcelo Eliseo Scappini Ricciardi (Paraguai), William Belevan Mc Bride, Gustavo Teixeira Giraldo, Eric Anderson Machado e Ricardo B. Romero Magni (Peru), Jorge Luis Jure e Miguel Pereira (Uruguai), María Lourdes Urbaneja, Luisa López Moreno e Olga Mercedes Fuenmayor (Venezuela).

Secretário-Geral: Didier Operti Badán.

PRESIDENTE. Bom dia, damos início à sessão ordinária do Comitê de Representantes número 897.

1. Aprovação da Ordem do Dia.

...Está em poder dos senhores Representantes a Ordem do Dia que submeto a sua consideração.

Não havendo observações aprova-se a Ordem do Dia.

2. Assuntos em pauta

...Tem a palavra o Secretário-Geral para que nos informe sobre os Assuntos em Pauta.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, senhor Presidente. Bom dia.

No documento que está em poder dos senhores Representantes, revisão 1, mencionam-se as notas que correspondem da entrada nesta sessão.

Resumidamente, destaco a nota da Representação Permanente do Paraguai junto à ALADI e ao MERCOSUL pela qual comunica que o senhor Juan Carlos Ramírez Montalbetti foi designado Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República do Paraguai pelo Governo de seu país.

Outrossim, a Representação Permanente do Paraguai comunica que o senhor Luis José González Fernández foi designado Conselheiro da Representação Permanente do Paraguai.

Por outro lado, a Delegação Permanente do Uruguai junto à ALADI e ao MERCOSUL, comunica que foi designado o senhor Ministro Conselheiro do Serviço Exterior doutor Enrique Oscar Ribeiro Crestino para cumprir funções nessa Representação Permanente.

Por outro lado a Embaixada da Itália, transcreve a nota enviada pelo Excelentíssimo senhor Ministro das Relações Exteriores da Itália, Gianfranco Fini, comunicando ao senhor Embaixador Giorgio Malfatti di Monte Tretto sua designação como Observador junto ao Comitê de Representantes da ALADI.

O Conselho de Câmaras de Comércio do MERCOSUL, por nota de 12 de maio, comunica a resolução adotada por este Conselho, composta pelas Câmaras Nacionais de Comércio da Argentina, da Bolívia, do Chile, do Paraguai e do Uruguai e a Confederação Nacional de Comércio do Brasil, no sentido de solicitar a integração ao Conselho Assessor Empresarial. Estimam que o setor empresarial pode e deve colaborar ativamente no processo de integração.

Por outro lado, informo sobre os convites recebidos, dos quais destaco o enviado pelo Presidente Comitê Executivo dos Estados Independentes para visitar Moscou a fim de continuar os contatos bilaterais para a colocação em prática do Acordo de Cooperação assinado entre o Comitê Executivo da Comunidade de Estados Independentes e a Secretaria-Geral da ALADI.

Por outro lado, o Presidente do Governo da Espanha, José Luis Rodríguez Zapatero, por nota de 18 de maio convida o Secretário-Geral para participar da XV Cúpula Ibero-Americana que se realizará em Salamanca os dias 14 e 15 de outubro deste ano.

O Vice-Ministro, Secretário-Geral das Relações Exteriores do Peru, Embaixador Armando Lecaros de Cossio, por nota de 18 de maio p.p., e por encargo do Senhor Ministro das Relações Exteriores do Peru, como Secretário Pro Tempore da Comunidade Sul-Americana de Nações, convoca o Secretário-Geral para assistir a uma reunião que se realizará na cidade de Lima em 30 e 31 de maio, na sede da Secretaria-Geral da Comunidade Andina.

Concluindo, a Organização Latino-Americana de Energia – OLADE- envia um convite para participar da Reunião de Organismos Internacionais de Integração Energética, a efetuar-se na cidade de Quito, na sede da Secretaria Permanente da OLADE, em 12 de agosto deste ano.

Isso era o que queria informa sobre este tema, senhor Presidente. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, senhor Secretário-Geral. Desejo em nome do Comitê de Representantes dar as boas-vindas aos novos membros das Delegação do Paraguai e do Uruguai e desejar-lhes muito sucesso em suas novas gestões.

3. Consideração das atas correspondentes às 894a. e 895a. sessões.

...Depois, continuamos com a Ordem do Dia que é o ponto 3 “consideração das atas correspondentes às sessões números 894 e 895 do Comitê de Representantes.

Tem a palavra os senhores Representantes.

Não havendo observações, aprovam-se as atas.

4. Relatório do Presidente da Comissão de Orçamento por Programas (ALADI/CR/di 2015).

...Com isto passamos ao ponto 4 da Ordem do Dia e permito-me dar a palavra ao senhor Presidente da Comissão de Orçamento por Programas para receber seu informe.

Representação da BOLÍVIA (Armando Loaiza Mariaca). Muito obrigado, senhor Presidente.

De maneira sucinta desejo manifestar que em 18 de maio a Comissão de Orçamento por Programas realizou uma reunião muito positiva, no sentido de que durante a mesma foram aprovados importantes relatórios, fundamentais para as tarefas de execução orçamentária que a Organização, em especial, a Secretaria-Geral, necessita para colocar em andamento a maioria dos programas que deve realizar a Associação.

Basicamente este relatório será publicado como ALADI/CR/di 2015, mas no que se refere aos relatórios sobre encerramento de gestão do ano 2004, depois de algumas precisões efetuadas pela Secretaria às observações dos Representantes, foi aprovado o relatório mensal sobre o estado e comportamento da despesa orçamentária: janeiro - dezembro 2004, relatório sobre o Estado de Execução Orçamentárias dos subitens indicados no Artigo 4, letra e) das normas da Resolução 278 do Comitê de Representantes, relatório sobre situação financeira de Execução Orçamentos dos subitens indicados no Artigo 4, letra e) das normas da Resolução 278 do Comitê de Representantes, relatório sobre a situação financeira da Associação até 31 de dezembro de 2040, e um relatório sobre a Integração do Fundo de Capital de Trabalho criado pela Resolução 93 do Comitê de Representantes.

Outrossim, foram aprovados os relatórios mensais sobre o comportamento da despesa orçamentária e nesse sentido é importante destacar que era fundamental aprovar o relatório mensal sobre o comportamento janeiro-fevereiro 2005 –abril 2005; fundamentais para a execução orçamentária a cargo da Secretaria.

Algumas Delegações observaram, de forma pertinente, que os créditos reservados de exercícios anteriores para atividades que se realizavam em 2005, seria de boa praxe passá-los ao Fundo de Capital de Trabalho e solicitar ao Comitê a autorização correspondente.

Depois foi feita uma análise pormenorizada sobre a situação financeira da Associação. Em vários relatórios a Comissão tomou nota destes relatórios e a Secretaria-Geral fez comentários bastante apreciáveis e precisos solicitados por algumas Representações.

No que se refere ao cumprimento do orçamento por programas da Associação, como consta no documento no qual sintetizo meu relatório, houve algumas precisões e posições das Representações que considero valioso destacar aqui.

Manifestou-se que seria fundamental definir para os futuros trabalhos da Comissão uma metodologia para tratar adequadamente tanto a gestão orçamentária como a aprovação de relatórios. Isso nos levará à Comissão, se assim considera conveniente o Comitê, a fazer uma cuidadosa consideração de uma metodologia que nos permita ver, inclusive as mudanças que se produzem entre o orçamento aprovado e o que se executa. Outras delegações consideraram que é importante, no âmbito da Comissão, apreciar si estão sendo atingidos os objetivos à luz dos resultados obtidos.

E finalmente, repito novamente, a Secretaria admitiu que a Comissão deveria reunir-se, pelo menos, uma vez por mês para tratar, de maneira específica este tema da metodologia para a elaboração e execução do Orçamento por Programas, para o qual, ela dará a informação que a Comissão estime necessária, para realizar este trabalho, que foi considerado fundamental por todos os membros da Comissão.

Essa seria minha sucinta informação no que se refere ao tema do relatório que a Comissão de Orçamento por Programa submete ao Comitê de Representantes, como manifestei, no documento 2015. Obrigado, senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, senhor Representante da Bolívia. Têm a palavra os senhores Representantes.

Tem a palavra a Representante do México.

Representação do MÉXICO (Perla Carvalho). Muito obrigado, Presidente. Agradeço muito a nosso Presidente da Comissão de Orçamento por Programas por seu relatório. Gostaríamos de ter o relatório escrito para poder dar nosso parecer. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, delegada. Tem a palavra o senhor Representante da Bolívia.

Representação da BOLÍVIA (Armando Loaiza Mariaca). Como manifestei, senhor Presidente, creio que em poucos minutos a Secretaria distribuirá o documento ALADI/CR/di 2015, no qual terão um esboço, que ao mesmo tempo eu resumi para o Comitê, sobre todos os conteúdos da última Reunião da Comissão de Orçamento por Programas, inclusive as observações e pontualizações que muitas Representações efetuaram durante a reunião da Comissão.

PRESIDENTE. Obrigado, Representante da Bolívia. Tem a palavra o senhor Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Simplesmente como informação e para responder o pedido específico da senhora Representante do México, o documento será distribuído no decorrer desta sessão.

PRESIDENTE. Se não há nenhuma observação damos por concluído este ponto da Ordem do Dia.

5. Criação do Grupo de Trabalho sobre Participação das Forças Produtivas no Processo de Integração e do Grupo de Trabalho de Assuntos Jurídicos, Administrativos e Institucionais. (ALADI/CR/PR 213 e ALADI/CR/PR 212).

...Passamos ao ponto 5. Os senhores Representantes têm em seu poder as Resoluções correspondentes à decisão que previamente adotamos em Reunião de Chefes, a fim de criar os Grupos de Trabalho sobre Participação das Forças Produtivas no Processo de Integração e de Assuntos Jurídicos, Administrativos e Institucionais. Desejaria submeter estes dois documentos a consideração.

Tem a palavra a Delegação da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Obrigado, Presidente.

A Delegação da Argentina compartilha totalmente dos projetos apresentados, como se sabe, mas queria fazer apenas uma reflexão sobre a redação do projeto de Resolução vinculado com a criação do Grupo de Trabalho sobre Participação das Forças Produtivas, porque na Resolução 60 (XIII), no ponto e), encomenda ao Comitê procurar as tarefas para “uma maior participação e compromisso dos setores empresarial, trabalhista e de outros setores da sociedade no processo de integração.”

Não sei se isto seria bom tratá-lo neste Grupo ou no Grupo de Assuntos Institucionais, mas creio que não poderemos deixar de considerar a possibilidade de incorporar outros setores diferentes ao trabalhista e ao empresarial. Então ou no mesmo de Participação das Forças Produtivas se acrescenta no segundo parágrafo, da participação dos setores empresarial e trabalhista” e outros setores da sociedade” ou isso mesmo se faz com o Grupo de Assuntos Institucionais. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante da Argentina. Submete-se a consideração da Sala a proposta da Argentina. Tem a palavra a Representante da Venezuela.

Representação da VENEZUELA (María Lourdes Urbaneja Durant). Obrigado, Presidente.

Também em relação ao projeto de Resolução do Grupo de Trabalho sobre Participação das Forças Produtivas no processo de integração, que compartilhamos e indubitavelmente está apoiado na Resolução 59 (XIII), que creio que falava dos setores produtivos, agora o Embaixador Juan Carlos Olima apresenta esta interrogante.

Queria acrescentar que considera que não altera o mandato da Resolução, mas acrescenta um setor que em nossos países cada vez tem maior participação. Indubitavelmente que poderia fazer parte das pequenas empresas, mas tem um *modus operandi* um pouco diferente e tem bastante importância para nós o setor cooperativo.

Quando fala da participação no Resolve, quando fala da criação do Grupo de Trabalho, diz: “No desempenho de seu mandato, o Grupo de Trabalho dará especial atenção à participação das pequenas e médias empresas no processo de integração”. Estou sugerindo e submeto a consideração dos senhores, acrescentar o setor cooperativo, isto é que seja um dos setores que se incorpora. Considero que seria importante.

Depois na segunda parte do Resolve, quando fala dos processos, do fortalecimento dos processos em nossa região, no setor produtivo, fala da competitividade sistêmica, vou insistir em algo que consideramos muito importante, que é uma das ferramentas que devemos desenvolver no processo de integração sem restar importância ao tema da competitividade sistêmica, ao da complementaridade das economias. Creio que esse é um elemento que devemos tratar quando falemos da integração, isto é, devemos saber em que nos complementamos. Creio que é muito positivo para decidir também os padrões de intercâmbio.

Por conseguinte, onde diz: “Essas políticas devem procurar fortalecer a competitividade sistêmica”, eu acrescentaria a complementaridade das economias depois da competitividade sistêmica. Essa é a proposta de incorporar o setor cooperativo aos setores aos quais será dado especial atendimento para promover sua participação. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado à Representante da Venezuela. Tem a palavra a Representante da Colômbia.

Representação da COLÔMBIA (Claudia Turbay Quintero). Muito obrigado, Presidente.

Desejo sugerir que se mencione especificamente, sem que isso signifique omitir outros setores, o setor acadêmico. Considero que em todos os processos de integração, de reflexão e de estudo não se deve excluir o setor acadêmico e convido a que seja mencionado de forma específica. Obrigado.

PRESIDENTE. Tem a palavra o Representante do Peru.

Representação do PERU (William Belevan Mc Bride). Obrigado, Presidente. Coincidindo com o manifestado pela Representante da Venezuela, especialmente com seu segundo ponto de vista. Desejaria manifestar que no caso do Peru, a instituição, o sistema cooperativo não existe. Existiu no passado, não existe no presente e é por isso que desejaria que pudéssemos encontrar um título que obviamente abranja o sistema, que está presente em muitos países, mas não está presente no nosso. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Representante do Peru. Tem a palavra o senhor Representante de Cuba.

Representação de CUBA (José Felipe Chaple Hernández). Muito obrigado, senhor Presidente.

Primeiro queria falar e vou tratar de fazê-lo em cinco minutos, embora ainda não esteja estabelecido. Desejo dizer rapidamente que, em primeiro lugar, considero que a questão não é crítica, senão uma questão de ordem.

Esta é a segunda oportunidade que recebemos projetos de Resolução com 24 horas de antecipação e, às vezes, recebemos um chamado da capital em relação a isto que não temos muito tempo para intercambiar, independentemente de que os temas já foram discutidos, mas a letra não e devemos tratar a letra, às vezes consultar as capitais. Creio que seria necessário ter uma margem de 48 horas para poder intercambiar com as capitais, esta é a questão de ordem essencial que queria propor.

Em segundo lugar, não temos nenhum tipo de problema, compartilhamos o manifestado pelas Delegações da Argentina e da Venezuela. Fundamentalmente no caso da Venezuela, o fato de acrescentar a complementaridade neste parágrafo.

Desejaríamos, em princípio, submeter a consideração da Sala a possibilidade de que neste caso, no que se refere à outra "pleca", deveríamos tomar praticamente boa parte do que diz a Resolução 59 (XIII) sobre o tema do fomento produtivo e desenvolvido, porque há um tema como o dos investimentos conjuntos, onde me parece que seria necessário para que este Grupo também o levasse em consideração, como parte da complementaridade produtiva, como parte do desenvolvimento de nossa capacidade como região para competir extra-regionalmente. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado ao Representante de Cuba. Tem a palavra a Representante do México.

Representação do MÉXICO (Perla Carvalho). Muito obrigado, Presidente. Estamos de acordo com o manifestado pelas Representações da Argentina, da Venezuela e de Cuba e

creio que nosso colega de Cuba tem razão, talvez poderíamos atender o que dizem nossas normas de procedimento de que com três dias de antecipação tenhamos os documentos que submeteremos à consideração do Comitê. Adiro a isso. Queria fazer um comentário sobre o apoio que deveriam dar o Conselho Assessor Empresarial e o Conselho Assessor Trabalhista a este Grupo de Trabalho que me parece que é um Grupo fundamental, que na verdade pode dar algumas linhas de trabalho à Associação em geral.

No entanto, vejo que estes Conselhos, o Conselho Assessor Empresarial, que foi criado em 1988 e o Conselho Assessor Trabalhista, criado em 1993, nunca se reuniram. Estão informando-me que o empresarial se reuniu uma vez, mas, creio que compete a este Comitê convocar estes Conselhos e provocar precisamente as reuniões que eventualmente nos darão uma base sólida de trabalho para este Grupo e desejaria solicitar a nosso futuro Coordenador deste Comitê que fizesse algo a esse respeito. Creio que isto é fundamental. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado à Representante do México e antes de dar a palavra ao Delegado de Uruguai tem a palavra o Secretário-Geral para informar-nos.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, Presidente. A propósito do que foi manifestado sobre o Conselho Empresarial e Trabalhista, a Secretaria começou o trabalho de comunicação com as Câmaras e já tem um programa com o calendário de relacionamento que será processado a fim de poder fornecer a este Grupo de Trabalho informações atualizadas do estado de situação do tema e do interesse vigente das organizações privadas mencionadas. Por conseguinte, o trabalho já foi começado e a Secretaria lhe está dando o devido atendimento.

PRESIDENTE. Obrigado, Secretário-Geral. Tem a palavra o senhor Representante do Uruguai.

Representação do URUGUAI (Jorge Luis Jure) Obrigado, senhor Presidente.

Em princípio, queremos dizer que analisamos este projeto de Resolução com muito cuidado. Demos muita importância a esta Resolução como elementos dinamizador da atividade da Associação, coincidimos com a necessidade de incluir o setor cooperativo ou setor educacional. Na experiência do MERCOSUL também incluímos o setor de consumidores neste relacionamento com a sociedade civil, mas além disso, queríamos manifestar que pensamos que existem duas áreas bem diferenciadas neste Grupo de Trabalho, que certamente requerem uma atenção personalizada, uma é a vinculação ou a criação e o trabalho com o Conselho Assessor Trabalhista e Empresarial e com os outros grupos da sociedade civil, no que se refere à vinculação com o setor produtivo, especificamente, para o trabalho de estudo, de reflexão, sobre o processo de integração, tal como se realiza através dos acordos da ALADI.

Consideramos que é um campo que está bem refletido no primeiro parágrafo desta Resolução, que é esse elemento de análise de opinião, de assessoramento sobre o processo que decidiram os Governos. O segundo elemento é justamente o que se refere à complementaridade produtiva, à possibilidade de buscar modos e formas de promoção do comércio como poderia denominá-lo em forma genérica. Acreditamos que, embora isto tenha sido discutido e esteja refletido na Resolução, é importante ressaltá-lo porque são duas áreas diferentes e que requerem, um tratamento específico.

Dizemos isto, porque em princípio a convocação, por exemplo, aos Conselhos Assessores, aos grupos de consumidores e cooperativos, educacionais, foi visto e estudado

como um foro de discussão, de reflexão, de assessoramento, enquanto por outro lado, temos outra área de trabalho que é o fomento produtivo ou o fomento ao comércio ou aos intercâmbios e aos investimentos. Isto é, consideramos importante destacar estas duas áreas de trabalho do Grupo para o trabalho prático do mesmo. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado , senhor Representante do Uruguai. Tem a palavra o senhor Representante do Brasil.

Delegação do BRASIL (Bernardo Pericás Neto). Desejo manifestar a importância de ter as propostas sobre Resoluções a serem aprovadas com antecipação suficiente para as consultas que devemos fazer com nossas capitais.

Em segundo lugar, para dizer que estamos de acordo com a idéia apresentada pela Venezuela sobre a incorporação de uma referência aos sistemas cooperativos no mandato do Grupo de Trabalho sobre participação das forças produtivas no processo de integração.

Tenho entendido, Presidente que em sessões anteriores foram discutidos os Grupos de Trabalho com base na sugestão apresentada por minha Delegação, mas considero que não foi tomada uma decisão sobre os mandatos de todos os grupos, isso para mim não está muito claro. Digo isso porque, tínhamos entendido que os temas da cooperação com o setor acadêmico, que mencionou a senhora Representante da Colômbia, estariam dentro do mandato do Grupo de Trabalho sobre temas culturais, educacionais e científicos. Pareceria que ali seria o lugar mais apropriado para esta relação como a academia. Enfim, como não tenho informação sobre a decisão adotada sobre o mandato dos demais Grupos, encaminho o tema à Presidência. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Representante do Brasil. Tem a palavra a senhora Representante da Venezuela.

Representação da VENEZUELA (María Lourdes Urbaneja Durant). Desejo referir-me nesta segunda intervenção ao que acaba de manifestar o Embaixador Bernardo Pericás, e creio que isso talvez nos deve levar a olhar um pouco mais a metodologia, isso que está dizendo o Representante do Brasil que tem a ver com o que estivemos aprovando nos Grupos de Trabalho um por um, e não fizemos a discussão do conjunto e olhando os mandatos que temos.

Então, simplesmente para fazer essa convocação, e eu aspiraria a que fosse tratado em conjunto, não neste momento, mas desejaria que fosse incluído na metodologia de avanço destas discussões, porque estamos fazendo uma discussão separada e criando Grupos dando-lhe mandatos, mas tivesse sido positivo, pelo que acaba de manifestar Bernardo Pericás, fazer a discussão do conjunto. Simplesmente desejo que seja incluído em nossa agenda o que já foi aprovado, para saber como estamos tratando os mandatos em relação ao processo do novo papel porque, de alguma maneira, os Grupos deveriam estar respondendo a isso, que creio que em princípio era a intenção do Brasil. Simplesmente queria manifestar isto. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado à Representante da Venezuela. Desejo recordar que realizou-se uma análise global sobre o tema dos Grupos de Trabalho e que na Reunião de Chefes foi aprovado tomar como norma para avançar o documento apresentado pela Delegação do Brasil. Com base nisso estivemos avançando e simplesmente foi complementado com a apresentação ao Comitê das respectivas Resoluções para legalizar, mas a discussão se

realizou na sessão e isto foi aprovado e acordado por todos os Representantes, com base nisso, simplesmente esteve elaborando-se os respectivos projetos para serem aprovados no Comitê.

Tem a palavra a senhora Representante da Colômbia e depois o Uruguai.

Representação da COLÔMBIA (Claudia Turbay Quintero). Simplesmente para fazer uma reflexão sobre a menção que fiz do setor acadêmico neste Grupo de Trabalho.

Cada vez mais vemos que a academia está participando mais perto dos setores produtivos, do setor empresarial em seu desenvolvimento e dá insumos que lhe permitem avançar mais rapidamente em seus objetivos, essa é a razão pela qual sugiro que dentro do processo do Grupo trabalhista e empresarial, seja indicada especificamente a academia, levando em conta esse papel, essa participação, sem que isso exclua que no Grupo cultural também esteja presente a academia mas com outras funções. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado à Delegada da Colômbia. Tem a palavra o Delegado do Uruguai.

Representação do URUGUAI (Jorge Luis Jure). Obrigado, senhor Presidente. No mesmo sentido do indicado pelas senhoras Representantes da Venezuela e da Colômbia, consideramos importante avançar, mas no funcionamento do Grupo de Trabalho nas definições dos temas a tratar e dos Grupos que o incluiriam, ou seja, pensamos que não é impedimento começar a funcionar com o Grupo para ver as necessidades e a importância e a participação de outros setores.

Nós, dentro do MERCOSUL, temos a experiência da participação do setor acadêmico, que foi de muita utilidade, tanto no Foro Consultivo Econômico e Social, como em outros âmbitos, a Comissão Parlamentar Conjunta, etcétera, e a consideramos realmente importante e útil.

Em relação ao que manifestava a senhora Representante da Venezuela, coincidimos que pode haver zonas que devem ser ajustadas e por isso na intervenção anterior indicávamos que há duas áreas bem definidas dentro deste Grupo de Trabalho, que talvez no futuro podem, inclusive, merecer a criação de dois Grupos em lugar de um, embora haja uma relação entre dois.

Uma é a função consultiva com a sociedade civil e quando é uma função consultiva com a sociedade civil, em geral tratamos de incluir os grupos mais representativos da mesma, como são, obviamente, os setores empresariais, cooperativos, laborais, de consumidores, e acadêmicos.

A outra se aproxima mais à antiga função que tínhamos no Grupo de Trabalho sobre participação empresarial, de promoção do comércio e dos investimentos, mas feitas estas ressalvas, realmente pensamos que devido ao caráter de dinamizador que outorgamos a este Grupo, é importante que comece a funcionar para ir ajustando as necessidades e a participação, de acordo com os objetivos fixados pelo Conselho de Ministros. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, senhor Representante do Uruguai. Depois destas observações, vou solicitar à Secretaria-Geral que faça as reformas correspondentes ao projeto com os acréscimos e propostas das Delegações e que no decorrer da tarde, se possível, remeter às Delegações para que tenham o documento em suas mãos para poder tratá-los e aprová-los definitivamente na próxima Reunião do Comitê.

No que se refere ao Grupo de Trabalho de Assuntos Jurídicos não houve observação alguma. Perdão, tem a palavra o senhor Delegado do Chile.

Representação do CHILE (Carlos Appelgren Balbontín). Obrigado, Presidente. Peço desculpas por ter chegado tarde, mas tive que submeter-me a um tratamento de urgência que vai me impedir igualar a eloquência de meus colegas nesta manhã.

Somente uma sugestão, Presidente, talvez a Secretaria-Geral poderia entregar-nos, o quanto antes, um pequeno documento com um resumo do que já foi acordado em matéria de Grupos de Trabalho, para poder utilizá-lo como base para conversar sobre o tema. Creio que a intervenção, a sugestão, o pedido da Embaixadora da Venezuela merece, efetivamente, um intercâmbio de idéias específicos sobre este tema, de tal maneira que se a Secretaria pudesse entregar-nos um documento que já temos avançado para ter claro o tema, e a Presidência, talvez, convoque alguma reunião específica para ver este tema em particular e chegar a um acordo em um sistema de trabalho, creio que seria um progresso. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado , senhor Representante do Chile. Tem a palavra o senhor Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado , Presidente.

A fim de poder ordenar o trabalho da Secretaria, entender-se-ia que são dois os pedidos específicos realizados à Secretaria-Geral. O primeiro é o que resultava do intercâmbio dos senhores Representantes Permanentes quanto à ampliação do projeto de Resolução com a inclusão específica de setores que não apareciam expressamente mencionados, como o caso do setor acadêmico no resolutivo segundo, que se acrescentaria ali.

Também há uma sugestão feita pela senhora Delegada da Venezuela no sentido de reforçar a idéia da competitividade sistêmica das economias, bem como a complementaridade das mesmas. Somente anoto que o tema da complementaridade estava no projeto ou está no projeto original sob a forma de complementação empresarial, assumindo, naturalmente que esta é uma espécie dentro do gênero da complementaridade das economias, de maneira que o projeto poderia, nesse sentido, ser aperfeiçoado.

Em relação ao tema que já foi mencionado, educacional, tecnológico-científico, a Secretaria entenderia que estes temas, sem prejuízo de seu desenvolvimento posterior, estariam incluídos nesse conceito amplo da consulta ao setor acadêmico.

Quanto às inclusões, tomamos nota de um matiz existente entre a Delegação da Venezuela e a do Peru quanto à menção expressa do setor cooperativo, que aparece sugerido como um acréscimo ao último parágrafo. A Delegação do Peru expressou que esta forma de organização não existe em sua organização jurídica. A Secretaria neste tema sugeriria uma fórmula generosa que permitisse incluir todos os setores, sem especificação, dizendo: “bem como outras formas de organização”, de maneira que ficassem cobertas na parte onde se fala das “pequenas e médias empresas no processo de integração”, assim como de outras formas, no sentido de que se existem diferenças, diversidade, divergências nas Delegações sobre se têm ou não em seus respectivos países e dificuldade para que assim fique registrado com essa denominação, a Secretaria deveria recolher o fundo comum, que houver sobre este tema.

Senhor Presidente, em relação à distribuição, a Secretaria tomou nota e considerou, efetivamente, que os senhores Representantes Permanentes tem razão quando manifestam a necessidade de efetuar consultas com suas capitais sobre os projetos e a Secretaria adotará todas as providências necessárias para que os projetos sejam entregues em tempo e forma.

Por último, para referir-me ao que manifestava o senhor Representante Permanente do Chile, que a Secretaria considera útil a sugestão de fazer uma espécie de estado de situação dos Grupos de Trabalho que pudesse levar a uma consideração deste tema da visão global à que se referia a senhora Representante da Venezuela, sem prejuízo, naturalmente dos avanços que já foram verificados. Obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Secretário-Geral. Tem a palavra a Representante da Venezuela.

Representação da VENEZUELA (María Lourdes Urbaneja Durant). Obrigado. Em relação ao anterior, creio que entendi que não haveria problema no *addendum* do ponto de vista do Peru, se fosse incluído esse tema das cooperativas.

PRESIDENTE. Tem a palavra o Representante do Peru.

Representação do PERU (William Belevan Mc Bride). Obrigado . Somente desejaria manifestar que levando em conta que para nós existiu, como disse, no passado o sistema cooperativo e hoje não existe dentro do ordenamento jurídico peruano, a fórmula que acaba de propor o senhor Secretário-Geral me parece absolutamente adequada, porque abrange isso. Se falamos de outros sistemas, porque caso começássemos a enumerar, deveríamos colocar também o caso peruano de Comunidades Indígenas, por exemplo, que sim está dentro de nosso ordenamento jurídico interno de forma muito específica e absolutamente legislada. O Equador e a Bolívia possuem a comunidade indígena, então entraríamos ao detalhe e talvez não acabaríamos nunca.

Por isso me inclino enormemente pela fórmula encontrada sabiamente pela Secretaria-Geral. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Peru. Tem a palavra a Delegada da Venezuela.

Representação da VENEZUELA (María Lourdes Urbaneja Durant). Pensei que não haveria objeções, porque as Comunidades indígenas, no caso dos senhores, não é um grupo, é um setor importante da população, como Comunidade. Entendo que é um setor populacional, mas não importa, não me referia a isso, referia-me a formas organizacionais da sociedade em relação ao pensado em modelos organizacionais da produção. A isso me referia quando falo de cooperativa. Então, gostaria de que se registrasse esse sentimento que é muito importante em nosso continente.

Mas, ia referir-me, neste momento ao projeto de Resolução do Grupo de Trabalho sobre Assuntos Jurídicos e Administrativos que não foi submetido a consideração, ou sim?

PRESIDENTE. Estão ambos, está sendo tratado, já estamos finalizando o tema anterior. Logicamente pode ser tratado.

Representação da VENEZUELA (María Lourdes Urbaneja Durant). Queria fazer uma observação, uma recomendação, uma sugestão.

No resolvido e no segundo considerando, quando se fala dos temas dos quais se encarregará o Grupo recolhe exatamente o que nos sugeria o *non paper* do Brasil. Eu acrescentaria à primeira parte do encargo dado a esse Grupo de Trabalho os temas que incluem sua denominação, a denominação é Grupo de Trabalho sobre assuntos jurídicos, administrativos e institucionais e diz: “Tratar os temas cujos aspectos jurídicos ou institucionais” eu acrescentaria que fossem tratados temas cujos aspectos jurídicos, administrativos ou institucionais. Isto é que abranja os três temas relacionados com o Grupo, porque depois quando se faz um seguimento dele é nomeado.

Então, somente acrescentaria isso, senhor Presidente e senhor Secretário-Geral na primeira parte: “Tratar temas cujos aspectos jurídicos, administrativos ou institucionais, a critério do Comitê de Representantes requeiram uma consideração preliminar”. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Venezuela. Tem a palavra o senhor Representante do Peru.

Representação do PERU (William Belevan Mc Bride). Obrigado.

Somente para esclarecer que quando falamos de Comunidades indígenas como figura organizativa dentro da sociedade, que inclui produção, comercialização de bens, enfim, toda a gama do que é a atividade econômica, não se trata de um genérico, senão justamente de assuntos muito específicos. No Peru as Comunidades indígenas são instituições baseadas em culturas milenárias, ou seja, que o que fez a legislação foi recolher os sistemas e regulá-los juridicamente. Então, não é simplesmente um conceito abstrato, senão uma forma de organização que funciona de maneira verdadeiramente impressionantemente acertada.

Isso é o que queria manifestar para que fique muito claramente estabelecido de que se trata esta figura jurídica. E existem mais ainda. Obrigado .

PRESIDENTE. Obrigado ao Delegado do Brasil. Tem a palavra a Representante da Colômbia.

Representação da COLÔMBIA (Claudia Turbay Quintero). Para recordar e sugerir que, talvez, incluir dentro de nossa tradição o setor solidário, penso que em sessões passadas, aqui quando se falou de cooperativismo também se mencionou o setor solidário como um setor que se verá beneficiado pelas ações de nossa instituição. Estou equivocada ou não? E esta acepção do setor solidário é para equipará-la, de alguma maneira com a preocupação que temos do cooperativismo, da organização como tal. Então, minha sugestão é incluir o setor solidário.

PRESIDENTE. Tem a palavra o senhor Representante da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Obrigado .Creio que, para ser franco, a denominação ou a fórmula de redação que propunha a Secretaria me parece que recolhe adequadamente todas estas opções, se desejam, para maior aprofundamento o que podemos pôr é, depois da fórmula da Secretaria, entre parêntese: tais como as cooperativas solidárias, Comunidades indígenas, etcétera, e diria que com isso, talvez, poderíamos considerar concluído este tema. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado ao Representante da Argentina. Creio que com esta observação poderíamos já ter um projeto de Resolução que será submetido à consideração das Delegações.

Tem a palavra o senhor Representante do Uruguai.

Representação do URUGUAI (Jorge Luis Jure). Obrigado . Em relação à redação, penso que é importante que seja o suficientemente ampla como para que essa enumeração não seja limitativa, porque realmente manifestamos que em determinado momento nos pode parecer importante, por exemplo, a participação das associações dos consumidores, falou-se do tema dos acadêmicos, etc.

Então, para a redação pedimos que permita que os setores que se vinculam às forças produtivas no processo de integração possam ser incluídos na medida em que o trabalho no Grupo assim o requeira. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado ao Representante do Uruguai.

Com isto concluiríamos as observações sobre o Grupo de Trabalho de participação de forças produtivas e submeto a consideração, se há alguma observação adicional à feita pela Representante da Venezuela sobre o projeto de Resolução do Grupo de Trabalho sobre Assuntos Jurídicos, Administrativos e Institucionais.

Tem a palavra o Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, Presidente. Somente para entender bem a proposta e trabalhar em conseqüência na reformulação se assim o decide o Corpo.

Si entendi bem o Resolutivo primeiro tal como propõe a Delegação da Venezuela acrescentaria depois de: "Criar um Grupo de Trabalho sobre Assuntos Jurídicos, Administrativos e Institucionais, o que, sem prejuízo dos encargos do parágrafo segundo, dispositivo segundo poderá considerar de modo preliminar os temas dessa natureza que o próprio Comitê lhe encomendar". É essa a idéia?

PRESIDENTE. Tem a palavra a Delegada da Venezuela.

Representação da VENEZUELA (María Lourdes Urbaneja Durant). Depois do segundo Resolve: "O Grupo de Trabalho terá a seu cargo:" esse é o primeiro ponto: Tratar temas cujos aspectos jurídicos, administrativos ou institucionais.

SECRETÁRIO-GERAL. Perfeito, está claro.

PRESIDENTE. Existe alguma outra observação ao projeto relativo ao Grupo de assuntos jurídicos?

Se não há observações, com o acréscimo proposto pela senhora Representante da Venezuela, creio que poderíamos adotar esta Resolução. Submeto à consideração dos Representantes.

Aprova-se com o número 294.

“RESOLUÇÃO 294

CRIAÇÃO DO GRUPO DE TRABALHO SOBRE ASSUNTOS JURÍDICOS, ADMINISTRATIVOS E INSTITUCIONAIS

O COMITÊ de REPRESENTANTES,

TENDO EM VISTA Os Artigos 35, letra o) e 38, letra g) do Tratado de Montevideu 1980, as Resoluções 59, 60 e 61 (XIII) do Conselho de Ministros e a Resolução 264 do Comitê de Representantes.

CONSIDERANDO A conveniência de reformular o Grupo de Trabalho sobre Assuntos Jurídicos criado mediante a Resolução 264 do Comitê de Representantes em 17 de outubro de 2001, com a finalidade de adequá-lo aos mandatos da Décima Terceira Reunião do Conselho de Ministros,

RESOLVE:

PRIMEIRO.- Criar um Grupo de Trabalho sobre “Assuntos Jurídicos, Administrativos e Institucionais”.

SEGUNDO.- O Grupo de Trabalho estará encarregado de:

- Tratar de temas cujos aspectos jurídicos, administrativos ou institucionais, a critério do Comitê de Representantes, requeiram uma consideração preliminar.
- Assessorar o Comitê de Representantes no acompanhamento de assuntos de natureza jurídica, administrativa e institucional relacionados ao funcionamento da Secretaria-Geral.
- Analisar e apresentar propostas sobre outros assuntos encomendados pelo Comitê de Representantes.

TERCEIRO.- O Grupo de Trabalho sobre “Assuntos Jurídicos, Administrativos e Institucionais” reger-se-á pelas disposições que constam da Resolução 262 do Comitê de Representantes.

QUARTO.- Esta Resolução substitui a Resolução 264 do Comitê de Representantes de 17 de outubro de 2001.”

...Para a próxima reunião então, teremos já o projeto de Resolução sobre o Grupo de Trabalho relativo às forças produtivas, assim como o relatório sobre as decisões que tomamos a esse respeito em relação à criação dos Grupos de Trabalho para ter uma visão integral do tema. Com isto podemos concluir o ponto 5 da Ordem do Dia.

6. Assuntos diversos.

...Passamos a assuntos diversos. Ofereço a palavra aos senhores Representantes.

Se não há nenhuma intervenção e devido à hora, temos um compromisso na Embaixada da Colômbia às 12h, podemos encerrar a sessão.
